

O elevado spread de crédito bancário e algumas propostas para reduzi-lo

A FEBRABAN lançou recentemente um livro com a avaliação e propostas para reduzir o elevado spread de crédito no Brasil. Abaixo apresentamos uma breve resenha.

A atividade industrial gaúcha cresceu 2,7% no primeiro semestre

Para o restante ano, espera-se uma melhora gradual num ambiente de maior confiança e menor incerteza.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

O elevado *spread* de crédito bancário e algumas propostas para reduzi-lo

A FEBRABAN lançou recentemente um livro com a avaliação e propostas para reduzir o elevado *spread* de crédito no Brasil. Abaixo apresentamos uma breve resenha.

Mesmo com a queda na taxa básica de juros, a economia brasileira continua com uma das maiores taxas de juros médios para os financiamentos para o setor privado no mundo. O *spread*, diferença entre o custo de captação e a taxa de juros cobrada nos empréstimos, também ocupa a maior colocação na comparação entre as principais economias. Nos próximos meses, o debate sobre o elevado *spread* de crédito deve se intensificar, tendo em vista que a possibilidade da Taxa Selic voltar a cair é muito grande.

A FEBRABAN, entidade que representa o setor bancário, lançou na semana passada a segunda edição do livro “Como fazer os juros serem mais baixos no Brasil”. A publicação aponta os principais motivos para o elevado *spread* de crédito no Brasil e alguns caminhos para a sua redução. Nesta segunda edição, o trabalho busca responder às principais críticas à primeira edição, em especial aquelas relacionadas às elevadas taxas de lucros e concentração bancária.

Em termos de números referentes ao custo do crédito no Brasil, o estudo não traz muitas novidades frente àqueles mostrados por estudos anteriores da UEE. Nesse sentido, a principal contribuição do livro são os dados comparativos com outros países do mundo. Embora, essa comparação seja feita com uma amostra pequena e variável de países, o que enfraquece a análise.

O trabalho inicia destacando que o primeiro passo no caminho da redução dos juros diz respeito à estabilidade macroeconômica, em especial das contas públicas, e a menor volatilidade da taxa de inflação. Um cenário de instabilidade econômica e política podem fazer os efeitos positivos das reformas serem reduzidos. A incerteza faz com que o seguro contra a inadimplência – o *Credit Default Swap* (CDS) – mantenha-se acima do nível de vários países emergentes. Esse argumento é válido e importante.

A elevada inadimplência é elencada como a “vilã nº1” para os altos *spreads*. Além da própria taxa de inadimplência que onera o crédito, a recuperação dos empréstimos não pagos pelo cliente é baixa, e o tratamento regulatório e tributário dado pelo governo às provisões feitas para cobrir a inadimplência é muito oneroso. As medidas propostas pela entidade dizem respeito a menor necessidade de provisão para devedores duvidosos que, segundo o livro, é quatro vezes maior no Brasil do que em outros países. Além disso, recuperar garantias, em comparação com outros países, é mais custoso e leva mais tempo.

Na avaliação do livro, outro grande vilão é a elevada tributação sobre os lucros. O estudo traz dados de uma amostra de países e informa que a alíquota nominal de

45% sobre os lucros faz o Brasil ter a maior carga tributária sobre o *spread*. Entretanto, o estudo deveria mostrar a taxa efetiva, pois muitas vezes existem deduções que resultam num imposto pago significativamente menor. Além disso, o trabalho aponta que o Brasil é um dos poucos países no mundo a cobrar impostos indiretos sobre a intermediação financeira através do IOF e PIS/Cofins.

O trabalho reconhece que a concentração bancária existe e é elevada, mas argumenta que isso não impede a competição no setor. Entretanto, o argumento de que os lucros são muito tributados fica enfraquecido e entra em contradição com a ideia de que a elevada concentração não impede a competição, quando na parte relacionada à investigação da estrutura de mercado do setor, o estudo mostra que no Brasil o retorno sobre o patrimônio líquido dos bancos brasileiros é, em média, maior do que nos outros países, apesar da maior tributação. Ou lucros são mais tributados e o setor tenderá a apresentar um resultado pior do que os seus pares, ou existe um mercado competitivo para o setor. Salvo melhor juízo, é improvável que o mercado tenha elevada concorrência e tributação efetiva sobre os resultados e ainda assim os lucros estejam entre os maiores na comparação com os demais países. Entretanto, estudo recente do Banco Central, mostrou que o poder de mercado dos bancos representa 7,3% dos *spreads* bancários. Esse resultado corrobora com a tese da FEBRABAN.

Por fim, são elencadas 21 propostas para que os juros sejam mais baixos no Brasil. Acreditamos que muitas dessas medidas trariam bastante polêmica, principalmente entre o setor produtivo, as quais destacamos: federalizar a competência para legislar sobre o sistema bancário; reduzir o depósito compulsório e eliminar as aplicações obrigatórias; ampliar o acesso à informação sobre renda e faturamento (acesso a dados da RAIS e Nota Fiscal eletrônica dos estados); tornar efetiva a cobrança extrajudicial; permitir dedução no imposto de renda da perda integral da PDD; e, promover a isonomia tributária entre bancos e empresas.

A queda das taxas de juros depende da conjuntura do País e da estrutura regulatória do mercado, não de voluntarismo dos bancos. A favor dos argumentos do setor bancário, vemos que os *spreads* são afetados por todos os fatores que chamamos de custo-brasil, e isso certamente penaliza a atividade. Entretanto, o papel regulatório do Banco Central precisa ser aprofundado para que o mercado consiga fornecer financiamentos com *custos* mais condizentes aos demais países.

A atividade industrial gaúcha cresceu 2,7% no primeiro semestre

Para o restante ano, espera-se uma melhora gradual num ambiente de maior confiança e menor incerteza.

Depois de dois meses seguidos de recuperação, a atividade industrial gaúcha voltou a recuar em junho, reforçando a trajetória errática do setor observada desde a segunda metade do ano passado. O Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS) caiu 2,0% ante o mês anterior, com ajuste sazonal, devolvendo parte do crescimento de abril (+2,2%) e maio (+1,5%).

O IDI/RS agrega seis componentes. Entre eles, apenas os de mercado de trabalho, emprego (+0,2%) e massa salarial real (+0,5%), apresentaram crescimento. Faturamento real (-6,7%), compras industriais (-8,3%), utilização da capacidade instalada-UCI (-1,4 p.p.), com grau médio de 81,6%, e horas trabalhadas na produção (-1,6%) caíram em relação a maio, com ajuste sazonal.

A comparação com junho de 2018 foi afetada pelo menor número de dias úteis (menos dois) em 2019: o IDI/RS (-2,8%) caiu pela primeira vez desde maio de 2018 nessa métrica. Vale lembrar também que junho de 2018 foi o mês da reação pós-crise dos caminhoneiros.

Com isso, o crescimento do IDI/RS no primeiro semestre de 2019 foi de 2,7% ante o mesmo período de 2018, uma desaceleração frente no acumulado encerrado em maio (+4,0%). Destaque para as altas de 6,7% do faturamento real e de 6,0% das compras industriais. Também deram contribuições positivas, as horas trabalhadas na produção (+0,3%), o emprego (+0,4%) e a UCI (+1,6 p.p.). Apenas o indicador de massa salarial real (-1,1%) caiu no período.

Dos dezessete setores pesquisados, o nível de atividade cresceu em dez no primeiro semestre de 2019. Veículos automotores (+18,1%) e Tabaco (+10,0%) exerceram as maiores influências positivas sobre o total da indústria, e foram, junto com Madeira (+8,4%) e Material elétrico (+2,8%), os únicos que cresceram acima da média da indústria. Os principais impactos negativos vieram de Têxteis (-6,3%), Vestuário e acessórios (-10,1%), Alimentos (-0,9%) e Produtos de metal (-0,8%).

Os resultados dos Indicadores Industriais do RS de junho de 2019 mostraram que, a despeito das oscilações na margem e de algum dinamismo nas comparações anuais, o setor segue inserido num contexto de estabilização que teve início no 2º semestre de 2018.

A demanda interna fraca é a principal causa desse cenário, provocada pelo desemprego elevado, pela crise fiscal e pelas incertezas econômicas, que restringem investimentos e consumo, enquanto a crise argentina impacta as exportações industriais.

Para a segunda metade do ano, porém, espera-se a volta da atividade industrial gaúcha, lentamente, à trajetória de antes dos protestos dos caminhoneiros. Há confiança no setor, que projeta aumento da demanda e melhora da economia brasileira nos próximos meses, num ambiente de inflação controlada, juros baixos, menor endividamento das famílias e menor incerteza com o encaminhamento da Reforma da Previdência.

Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul

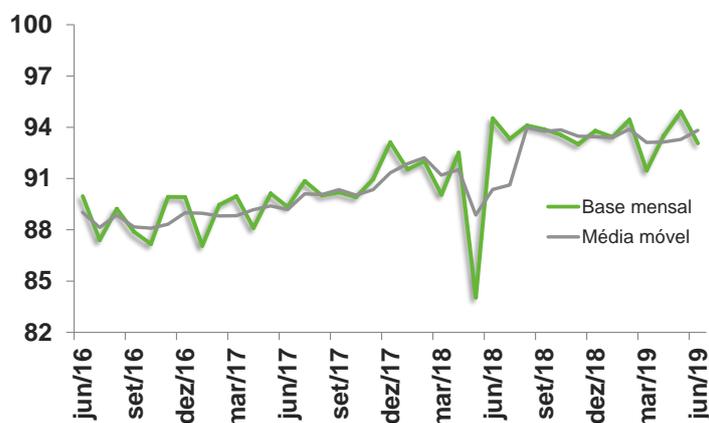
(Variações em % – junho de 2019)

	Variação %		
	Mês*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	-2,0	-2,8	2,7
Faturamento real	-6,7	-10,6	6,7
Horas Trabalhadas na produção	-1,6	-2,5	0,3
Emprego	0,2	0,5	0,4
Massa salarial real	0,5	1,9	-1,1
UCI (em p.p.)	-1,4	1,0	1,6
Compras Industriais	-8,3	-3,5	6,0

* Dessazonalizado

Índice de Desempenho Industrial (IDI/RS)

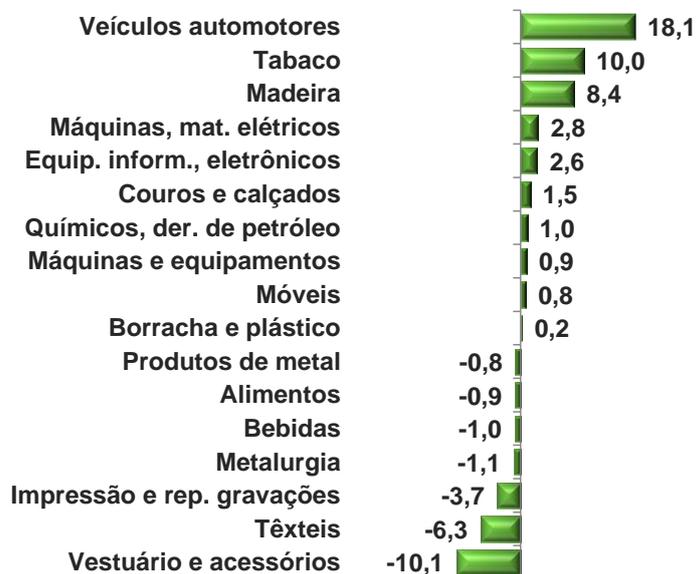
(Índice base fixa mensal:2006=100 e Média móvel trimestral)



Séries dessazonalizadas

Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS – Setorial

(Variação janeiro-junho 2019/18 – %)



Fonte: UEE/FIERGS.